GABARITO – Prova Noturno (Turmas 21 e 22)

Importante: Esse documento apresenta um gabarito mínimo das respostas a serem consideradas na correção. Além desses critérios objetivos mínimos, a nota é formada também pela análise da argumentação apresentada pelo aluno, principalmente a coesão e coerência das respostas, bem como a fundamentação com os dispositivos constitucionais pertinentes.

Aula 07 – Princípios de Direito Tributário (parte I) - Irretroatividade, anterioridade e sua interpretação

1. QUESTÃO – O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 1.234, de 25 de dezembro de 2019, que aumentou para 30% a alíquota do imposto de renda incidente sobre o ganho de capital decorrente da venda de títulos e valores mobiliários. O Sr. Ronaldo, em janeiro de 2020, obteve ganho de capital com venda de ações. Responda de maneira fundamentada se é aplicável ao caso do Sr. Ronaldo a alíquota de 30%. (2,0)

- Definir anterioridade nonagesimal e de exercício
- Explicar que o IR deve respeitar apenas a anterioridade anual
- Explicar que a Lei nº 1.234/2020 é aplicável ao ganho de capital obtido em janeiro de 2021

2. QUESTÃO – Para combater a pandemia da Covid-19, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 1.234, de 15 de abril de 2020, que isentava de imposto sobre produtos industrializados (IPI) e imposto de importação (II) a aquisição de respiradores mecânicos. Com a redução dos casos da doença, o Congresso Nacional revogou as isenções pela Lei nº 5.678, de 15 de agosto de 2020. A empresa XPTO Ltda realizou a importação de respiradores mecânicos em 1º de setembro de 2020. Responda, fundamentadamente, se são devidos IPI e II nessa operação. (2,0)

- Definir anterioridade
- Explicar que o II não se submete à anterioridade, enquanto o IPI está sujeito apenas à anterioridade nonagesimal
- Explicar que há violação à anterioridade em relação ao IPI, mas não em relação ao II

3. QUESTÃO – O Congresso Nacional editou a Lei nº 1.234, de 10 de abril de 2019, aumentando a alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) sobre as operações com cartões de crédito realizadas no exterior no ano de 2019 de 6% para 10%. No mesmo dia da edição da lei, o Sr. André estava em viagem pela Europa desde 1º de abril, com expectativa de retorno em 2 de maio. Responda, fundamentadamente, se as operações com cartões de crédito realizadas pelo Sr. André durante o seu período de viagem serão tributadas à alíquota de 10%. (2,0)

- Definir irretroatividade
- Definir anterioridade nonagesimal e de exercício
- Explicar que o IOF não precisa observar a anterioridade nonagesimal e de exercício, mas precisa observar a irretroatividade

4. QUESTÃO – O Município de São Paulo editou a Lei nº 1.234, de 31 de dezembro de 2019, reajustando em 10% a planta genérica de valores dos imóveis do Município, que serve como base de cálculo do imposto predial e territorial urbano (IPTU), e aumentou a alíquota do tributo de 1% para 3%. O Sr. Pedro recebeu o carnê de recolhimento do IPTU em 2 de janeiro de 2020 já contando com o reajuste de 10% do valor do seu imóvel e com incidência da alíquota de 3%. Responda, fundamentadamente, se a cobrança está correta. (2,0)

- Definir anterioridade nonagesimal e de exercício
- Explicar que a fixação da base de cálculo do IPTU não precisa obedecer a anterioridade nonagesimal, mas precisa obedecer à de exercício
- Explicar que o aumento de alíquota do IPTU deve obedecer tanto à anterioridade nonagesimal quanto à de exercício

5. QUESTÃO – O Estado do Pará editou a Lei nº 1.234, de 10 de novembro de 2019, revogando isenção de ICMS então vigente em seu território sobre "operações de aquisição de veículos adaptados para pessoas com deficiência". Uma concessionária de veículos consulta escritório de advocacia questionando se está obrigada a efetuar o recolhimento de ICMS sobre a venda de veículos adaptados para pessoas com deficiência realizadas entre outubro de 2019 e abril de 2020. Responda, fundamentadamente, o questionamento realizado pelo contribuinte. (2,0)

- Definir irretroatividade
- Definir anterioridade nonagesimal e de exercício
- Explicar que a revogação de isenção não pode retroagir para alcançar as vendas anteriores à vigência da lei
- Explicar que a revogação de isenção equivale ao aumento indireto de tributo e deve obedecer à anterioridade nonagesimal e de exercício ou fazer referência expressa à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da inaplicabilidade da anterioridade na revogação de isenções

6. Para fazer face à projeção de déficit fiscal projetada para o ano de 2020, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº 123, de 15 de dezembro de 2019, aumentando a alíquota máxima do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF) para 35%. A Medida Provisória foi convertida em lei em 28 de fevereiro de 2020, prevendo uma alíquota máxima de 30%. Responda, fundamentadamente, se a nova alíquota máxima seria aplicável aos rendimentos auferidos no ano-calendário de 2019. (2,0)

- Definir anterioridade nonagesimal e de exercício
- Explicar que o IRPF deve observar a anterioridade de exercício, mas não a nonagesimal
- Explicar que a Medida Provisória que institui ou aumenta tributo somente produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada

Aula 08 – Princípios de Direito Tributário (parte II) - Igualdade, capacidade contributiva, proibição de confisco

7. QUESTÃO – O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 4.567/2018, que instituiu a possibilidade de dedução de "despesas com aquisição e treinamento de cães-guia" na apuração de imposto de renda da pessoa física (IRPF) incidente sobre proventos de aposentadoria de pessoas com deficiência visual. O Sr. Francisco, médico com deficiência visual, deduziu despesas com aquisição e treinamento de cão-guia no ano-calendário de 2019. Contudo, em 2020, recebeu notificação de autuação fiscal ao argumento de que a dedução somente era aplicável a proventos de aposentadoria, não a rendimentos de profissionais liberais. Responda, fundamentadamente, se a autuação é procedente. (2,0)

- Definir o princípio da capacidade contributiva
- Explicar que o IR deve obedecer à capacidade contributiva
- Explicar que a distinção entre proventos de aposentadoria e rendimentos de profissionais liberais não deve impedir a dedução sob pena de violação da isonomia, pois a situação do Sr. Francisco é equivalente àquela de outros contribuintes que se beneficiaram da dedução

8. QUESTÃO – O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 1.234/2018, que passou a restringir a dedutibilidade do imposto de renda da pessoa física (IRPF) de "despesas com educação" a apenas um dependente por família, no limite de R$ 3.500,00. A Sra. Paula teve despesa com seu único filho no valor de R$ 3.000,00, enquanto o Sr. Carlos teve despesa de R$ 5.000,00 com seus dois filhos, sendo que ambos apresentaram essas despesas em sua Declaração de Ajuste Anual do ano-calendário 2019. Em virtude da dedução acima do teto legal, o Sr. Carlos foi autuado pela Administração Tributária. Responda, fundamentando sua resposta: a cobrança é procedente? (2,0)

- Definir o princípio da capacidade contributiva
- Explicar que o IR deve obedecer à capacidade contributiva
- Explicar que a distinção entre famílias com um filho e aquelas com mais de um filho viola a capacidade contributiva, pois a situação das famílias é idêntica em face do princípio da capacidade contributiva

9. QUESTÃO – Em virtude da pandemia de Covid-19, o Distrito Federal editou a Lei Distrital nº 9.876/2020, que determinou a suspensão da cobrança de ICMS e ISS por quatro meses a partir de março daquele ano. Ao fim do período de suspensão, a empresa XPTO Ltda realizou o pagamento dos quatro meses com exigibilidade suspensa, mas por equívoco não pagou tempestivamente os tributos devidos no mês de agosto daquele ano. Percebendo o equívoco em setembro, o contador da empresa emitiu o documento de arrecadação referente ao mês de agosto e surpreendeu-se com a cobrança de multa de 150% do crédito em virtude do atraso. Responda, fundamentando sua resposta: a cobrança é procedente? (2,0)

- Definição o princípio de vedação de cobrança de tributo com efeito de confisco
- Explicar que a vedação ao confisco também se aplica às multas tributárias e que seria justificável a redução da multa moratória, uma vez que o valor de 150% é desproporcional, dado o mero erro do contador e atraso de uma única parcela

10. O Congresso Nacional editou a Lei nº 90.876/2019, obrigando os "advogados tributaristas" a declarar mensalmente o valor de precatórios recebidos por seus clientes em razão de causas por aqueles patrocinadas, sob pena de multa de 150% do valor do tributo devido pelo cliente. O Sr. Omar, advogado tributarista de sucesso, foi autuado pela Administração Tributária por não ter apresentado a aludida declaração em abril de 2020. Responda, fundamentando sua resposta: a cobrança é procedente? (2,0)

- Definição do princípio da igualdade
- Explicar que a obrigação viola a igualdade porque é imposta apenas a advogados tributaristas e não a todos os profissionais
- Definição o princípio de vedação de cobrança de tributo com efeito de confisco
- Explicar que a vedação ao confisco também se aplica às multas tributárias e que seria justificável a redução da multa pela clara desproporcionalidade

Aula 09 – Princípios de Direito Tributário (parte III) - Proporcionalidade e razoabilidade. Progressividade, regressividade e não-cumulatividade

11. QUESTÃO – Para combater a sonegação fiscal, o Congresso Nacional promulgou a Lei nº 6.789/2020, obrigando as pessoas físicas que realizem operações de câmbio a apresentar Declaração de Imposto de Renda (DIRPF) referente aos cinco últimos exercícios para concluir o negócio. Responda, fundamentando sua resposta: a obrigação é constitucional? (2,0)

- Definir a proporcionalidade (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito)
- Explicar que medida é desproporcional segundo cada um dos critérios acima (uma alternativa: pois exige dados privados dos contribuintes antes mesmo que se verifique a existência de indício de algum ilícito ou algum processo administrativo em face do contribuinte)

12. QUESTÃO – O Estado de São Paulo editou a Lei Estadual nº 4.565/2019, prevendo alíquotas progressivas do imposto de transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD) de 1%, 2% e 3% em função do valor da herança ou doação recebido por cada herdeiro ou donatário. A Sra. Mariana recebeu vultuoso valor de herança de sua avó no ano de 2020, o que ensejou o lançamento de ITCMD à alíquota de 3%. Responda, fundamentando sua resposta: a cobrança é procedente? (2,0)

- Definir a progressividade
- Explicar que a progressividade é aplicável ao ITCMD, de maneira que não há inconstitucionalidade no estabelecimento de alíquotas progressivas

13. QUESTÃO – O estabelecimento da empresa XPTO Ltda. foi inundado em uma enchente em virtude da ausência de manutenção dos canais pluviais do bairro em que sediada no Município de Boa Sorte. Em decorrência da inundação, as notas fiscais de prestação de serviços armazenadas foram destruídas. Por sorte, o contador da empresa havia armazenado as notas fiscais em formato digital e as apresentou nesse formato à Secretaria de Tributação do Município. Apesar disso, o fisco autuou a empresa, ao argumento de que a lei local autorizava unicamente a entrega das notas fiscais em formato físico. Responda, fundamentando sua resposta: a autuação é procedente? (2,0)

- Definir a razoabilidade (como equidade e/ou congruência)
- Explicar que não aceitar a apresentação de notas fiscais eletrônicas nas circunstâncias postas viola o princípio da razoabilidade porque não há coerência entre a exigência e sua finalidade

Aula 10 – Extrafiscalidade

14. QUESTÃO – Buscando a promoção do meio ambiente pela qualidade do ar, a União editou lei isentando de imposto sobre produtos industrializados (IPI) e imposto de importação (II) as operações de importação do exterior de carros elétricos. A empresa Combustão S.A. ingressou com medida judicial requerendo fosse aplicada a isenção à importação de veículos movidos a combustíveis fósseis, ao argumento de que eles possuem os mesmos valores e finalidades dos veículos elétricos. Responda, fundamentando sua resposta: a ação é procedente? (2,0)

- Definir extrafiscalidade
- Explicar que o benefício fiscal de II e IPI tem função extrafiscal
- Explicar que não há violação da isonomia quando a extrafiscalidade se destina a promover uma finalidade protegida constitucionalmente. No caso, trata-se da proteção ao meio ambiente. Logo, a ação é improcedente

15. QUESTÃO – Buscando estimular o desenvolvimento da Região Nordeste e a diminuição de desigualdades regionais, a União editou lei reduzindo a zero a alíquota de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita da venda de componentes eletrônicos lá fabricados. A empresa ABCD S.A. ajuizou ação judicial requerendo que o benefício fiscal fosse aplicável aos componentes fabricados por ela no Estado de São Paulo. Responda, fundamentando sua resposta: a ação é procedente? (2,0)

- Definir extrafiscalidade
- Explicar que o benefício fiscal de PIS/Pasep e Cofins tem função extrafiscal
- Explicar que não há violação da isonomia quando a extrafiscalidade se destina a promover uma finalidade protegida constitucionalmente. No caso, trata-se da redução de desigualdades regionais. Logo, a ação é improcedente

16. QUESTÃO – Buscando reduzir o endividamento das famílias, a União editou em 2018 lei aumentando para 20% a alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) incidente sobre contratos de abertura de crédito na modalidade cheque especial. Após dois anos de vigência da medida, o recurso a essa modalidade de crédito bancário chegou a níveis insignificantes, tendo a maioria dos contribuintes passado a aumentar a poupança e a recorrer a operações de crédito com garantia real e cartão de crédito. Responda, fundamentando sua resposta, se a cobrança da alíquota ampliada em 2020 é constitucional. (2,0)

- Definir extrafiscalidade
- Explicar que o aumento da alíquota do IOF tem função extrafiscal
- Explicar que há violação da proporcionalidade e da igualdade quando o tratamento diferenciado é mantido apesar do exaurimento da situação que a ensejou. Também é aceitável defender a manutenção da alíquota para manter o benefício econômico que ela ensejou, considerando nesse caso a medida compatível com a igualdade e proporcionalidade

17. QUESTÃO – Buscando desestimular a manutenção de propriedades rurais improdutivas, a União editou lei estabelecendo alíquotas progressivas de imposto territorial rural (ITR), variando de 5% a 10% do valor da terra nua em função do grau de aproveitamento do imóvel. A Sra. Thaís, proprietária de uma grande área rural no interior do Estado de São Paulo, recebeu lançamento de ITR em 2019 à alíquota máxima de 10%, em virtude do caráter ocioso da sua propriedade. Inconformada com a situação, a Sra. Thaís passou a plantar diversos gêneros alimentícios, criar gado e realizar atividades agropastoris em seu imóvel no ano de 2020. Contudo, foi surpreendida com novo lançamento ainda à alíquota de 10%, tendo a Administração Tributária argumentado que a lei somente autoriza a redução da faixa de alíquota a cada dois anos. Responda, fundamentando sua resposta, se a cobrança da alíquota máxima em 2020 é constitucional. (2,0)

- Definir extrafiscalidade
- Explicar que o aumento da alíquota do ITR tem função extrafiscal
- Explicar que há violação da proporcionalidade e da igualdade quando o tratamento diferenciado é mantido apesar do exaurimento da situação que a ensejou

Aula 11 – Interpretação e Integração da Lei Tributária

18. QUESTÃO – Buscando aumentar a inserção profissional de pessoas com deficiência, a União editou lei autorizando a dedução em duplicidade da base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ) dos "salários pagos a empregados com deficiência". A empresa XPTO Ltda. deduziu em duplicidade o valor dos salários pagos a novos empregados que tinham passado mais de dois anos desempregados antes do emprego atual, independentemente de serem ou não pessoas com deficiência. Entretanto, a empresa foi autuada pela Administração Tributária ao argumento de que a finalidade do incentivo fiscal era promover a inserção de uma categoria específica de trabalhador. Responda, fundamentando sua resposta, se a cobrança é constitucional. (2,0)

- Definir o princípio da igualdade
- A igualdade justifica a desequiparação da lei para atingir o objetivo proposto
- Explicar que o art. 111 prevê a interpretação literal dos benefícios fiscais e que a política da XPTO Ltda não atende à finalidade da lei em comento

19. QUESTÃO – Buscando estimular o consumo de energia de fontes limpas, o Estado do Rio Grande do Norte editou lei (autorizada por convênio com os demais Estados) conferindo isenção de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) sobre o consumo de energia elétrica de fonte eólica. A Associação Potiguar de Consumidores de Energia Solar, contudo, ajuizou ação requerendo a aplicação da isenção também ao consumo de energia elétrica de fonte solar. Responda, fundamentando sua resposta, se a ação é procedente. (2,0)

- Definir o princípio da igualdade
- Explicar que a aplicação da isenção para o consumo de energia solar se justifica com base na finalidade perseguida pela lei, já que ambas evitam a utilização de energias mais danosas ao meio ambiente, ainda que o art. 111 do CTN determine que as isenções se interpretam literalmente